 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a "violência estatal", a "violência contra a mulher", o "genocídio", os "massacres" e "conflitos no campo", buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

Conflitos entre o antes e o agora: o território do Lago Grande do Curuai em ?disputas?
Autoria: Maria Alice Costa de Oliveira
O work resulta da realização de pesquisa na comunidade de Ajamuri, localizada no Lago Grande do Curuai, município de Santarém-PA, na oportunidade de participação no Projeto de Pesquisa ?Etnicidades, Práticas Culturais e Formas de Organização Social em um Contexto Regional do Baixo Amazonas?, coordenado pela Prof.ª Dr.ª Eliane Cantarino O?Dwyer. Ajamuri desvelou três grandes questões que afetam a todos os seus moradores de forma direta e indireta ? a perspectiva de alteração do modelo de Projeto Agroextrativista PAE Lago Grande para a titulação individual, por meio do Programa Terra Legal; a reformulação da Instrução Normativa nº 30/2004/IBAMA, que regula a pesca no Lago Grande, de modo a favorecer a pesca comercial; e a sobreposição de áreas da comunidade a partir da delimitação da TI Cobra Grande, que contempla indígenas das etnias Arapium, Jaraqui e Tapajós. Em cada um desses eixos se configura um conflito macro e seus desdobramentos, seja nos discursos contrários ou na iminência de litígios diretos. No centro destas questões encontra-se o território, espaço de disputas políticas, econômicas, de identidades e papéis sociais e de memórias e pertencimentos. Por meio desse mesmo território, diferentes sujeitos constituem suas vivências, subsistência, práticas culturais e estratégias de bem viver e, para suprir essas e tantas outras necessidades, o território é sempre acionado, pois que é salutar à manutenção de sujeitos e recursos. Desta forma, o território constitui-se como o centro das disputas e conflitos atuais, numa teia complexa de interesses que ora unem, ora divergem; ora individualizam, ora coletivizam; em que as mudanças são usadas tanto para justificar transformações como para valorizar um passado que se entende ser melhor que a atualidade em alguns aspectos. O antes e o agora, assim, são acionados em diversas narrativas e por diferentes sujeitos: o indígena em processo de etnogênese e que luta pelo reconhecimento de seu território de ocupação tradicional; o agricultor, que rememora o uso produtivo de seu lote sem as limitações impostas hoje pelo modelo de assentamento; e o pescador, saudoso da fartura do Lago Grande e, contraditoriamente, defensor

 ISBN: 978-85-87942-61-6

da flexibilização das normas, que favorecem a sobrepesca. As ?disputas?, assim, são diversas, pois esse território é multifacetado e contempla processos de territorialização e territorialidades também distintas. Pensar essa diversidade de territórios dentro de um território; de sujeitos; de práticas e de conflitos; e como o antes e o agora são acionados para legitimar suas demandas é o objetivo deste texto.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**